

Intervenção da Segunda Vice-Presidente da Assembleia Nacional de Angola, Joana Lina Ramos Baptista (em anexo, Políticas Ambientais no Setor Petrolífero & Os Desafios do Futuro).

ÍNDICE

I- Introdução

II- Recursos Naturais Sua Definição e Importância

III- Exploração Produção e Transformação de Recursos Naturais

IV- Conclusão

I. Introdução

A Delegação Parlamentar Angolana propõe-se apresentar nesta sessão Plenária o Tema: Recursos Naturais "Exploração, Produção e Transformação no País Produtor".

Pela importância do tema, constitui, sem sombra de dúvidas, um desafio para a humanidade tal como foi considerado pelo Programa Ambiente das Nações Unidas (UNEP, 2002). Isso remete-nos para uma visão inter-gerações e uma exploração equilibrada dos recursos naturais que exige antes de mais o conhecimento do seu potencial.

Assim, o maior desafio que se coloca aos nossos países é o de inventariar os recursos existentes em cada um pois, a gestão e a adopção de um sistema (flexível e adaptável às necessidades e as variáveis próprias) que possam permitir 3 eixos de abordagem:

- A utilização do subsolo;
- Recursos existentes e a
- Gestão ambiental

Isso numa perspectiva de longo prazo no quadro do desenvolvimento sustentável, tão actual e relevante no mundo de hoje.

Em nosso entender, o ideal seria termos tido a oportunidade de receber as contribuições de cada um dos Países Membros e aqui apresentar a panorâmica da CPLP em termos de recursos minerais, o que poderia ajudar a compreender melhor esse desafio e a necessidade de congregação de esforços, de partilha de informações e experiência para tornar a nossa comunidade mais forte e sólida. Assim, depois de fazer uma breve resenha aos recursos naturais em termos de definição e importância, apresentarei a experiência de Angola enquanto produtor de recursos naturais. Experiência essa baseada em processos que conduziram a chamada "angolanização" do sector produtivo mineiro

estratégico antes inteiramente dominado por companhias estrangeiras e uma considerável força de trabalho expatriada, culminando com algumas conclusões.

II. Recursos naturais: Sua definição e importância

De uma forma simples pode definir-se recursos naturais como sendo os elementos da natureza com utilidade para o Homem com o objectivo de desenvolver a comunidade, o País; garantir a sua sobrevivência e o bem estar ou conforto.

Os recursos naturais classificam-se em:

- a) Minerais: metálicos (cobre, ferro, zinco, ouro, prata, manganês), etc e industriais (diamantes, matérias primas para produção de cimento, etc);
- b) Biológicos: explorados na agricultura, caça, pecuária, pescas e florestas;
- c) Hídricos: Água;
- d) Energéticos: renováveis (hidroeléctricas, energia solar e eólica) e não renováveis (carvão, petróleo e gás natural).

Mesmo para aqueles países que à primeira vista podem parecer não possuir ou haver insuficiência em recursos naturais, uma análise mais cuidada, pormenorizada e atenta demonstrará a existência de diferentes recursos ou uma diversidade de recursos insuficientemente explorados ou desconhecidos. Daí a necessidade e importância de haver uma informação credível sobre a existência, a distribuição e localização espacial desses recursos bem como os factores económicos que influenciam o seu desenvolvimento e estudos ambientais.

Ora, a procura de materiais de construção e a existência de vários tipos de inertes (areia, argila, burgau, brita, calcário, gesso, etc), apoiam o desenvolvimento fundamentalmente na construção de edifícios, obras públicas (pontes, estradas, caminhos de ferro, portos e aeroportos) e são a componente principal do betão.

A extracção desses recursos naturais tem impacte sobre o solo, a atmosfera, vegetação, a qualidade da água, a paisagem e produz outros impactes provocados pelo ruído.

Pode concluir-se que a extracção de recursos naturais requer uma atenção especial por afectar o desenvolvimento sustentável se não for planificado acompanhado e, monitorado porque envolve questões económicas, ambientais e sócio-culturais.

A forma intensiva como muitos desses recursos têm sido aproveitados, pela sua própria disponibilidade e importância estratégica podem a prazo constituírem-se num verdadeiro desafio, seja quanto a sua exploração, ao desenvolvimento da sociedade, da regeneração ou mesmo da sustentabilidade.

A necessidade do desenvolvimento impõe que cada País conheça o potencial dos seus recursos naturais, para além dos conhecidos e em exploração e actualizar as estimativas de recursos desconhecidos.

A sua localização espacial, o conteúdo (que pode ser: geológicos, pedológicos, hídricos, biológicos e climáticos) e a sua utilização estratégica neste processo de desenvolvimento suscita inquietações de ordem política, social e económica.

A inventariação permite-nos responder a essas inquietações, mas também aferir a disponibilidade dos recursos (renováveis e não

renováveis ou esgotáveis), e conseqüentemente, a sustentabilidade tão enfatizada no processo de desenvolvimento que tenha em conta as gerações vindouras.

Não basta o conhecimento que resulta da inventariação, pois o tratamento da informação é tão importante quanto o é a inventariação.

No caso do sistema de informação dever-se-à responder à questão que se relaciona com o tipo de dados e como organizar e arquivar, permitindo um fácil manuseamento e acesso.

III. Exploração produção e transformação de recursos naturais

Devido a sua posição geográfica a República de Angola tem potencialidades consideráveis em termos de recursos hídricos e biológicos. Quanto a disponibilidade potencial de águas subterrâneas, 95% alimentam directamente os rios e apenas 5% fluem para o mar. Tem ainda 47 bacias hidrográficas direccionadas para 5 vertentes principais:

Atlântico — 41%;

Zaire(Congo) — 22%;

Zambeze — 18%;

Okavango — 12% e

Etosha — 4%.

Angola tem uma longa história na produção de alguns minérios e de hidrocarbonetos e alguma experiência acumulada no que diz respeito à transformação de alguns desses recursos naturais em bens acabados de valor acrescentado. Por esta razão tem-se apostado na sua diversificação para além do petróleo e diamantes (exemplos: ferro, manganês, cobre, ouro e fosfatos, etc).

Para o âmbito restrito desta apresentação tomaremos apenas dois exemplos que se apresentam como transversais para compreensão do que se passa com os recursos geológicos, nomeadamente com os minérios e os hidrocarbonetos.

Começando por abordar a questão dos minérios, o nosso país apesar da escassez dos dados, pois a inventariação do potencial de recursos naturais neste sector tem sido abordada com cautela, desde logo por que a informação resultante dela pode ter um carácter estratégico (a empresa a contratar tem de ser credível).

O Sector mineiro é porventura, aquele que tem investimentos de alto risco, utiliza de forma intensiva o capital, empurrado pelo retorno atractivo, apesar de os ciclos de investimento serem longos, assiste-se uma forte concorrência entre as empresas que procuram se estabelecer no país.

Este sector é geralmente considerado como actuando no "mercado de *comodities*" cujos preços são bastante voláteis, nos diferentes mercados e no nosso caso virado mais para exportação; trabalhando nesse ambiente a competitividade é intensa, exige a participação de empresas globais e aqui, devido as características de um mercado concentrado, as vantagens competitivas buscam-se a partir da base de custos e a diferença na entrada das operações, dito de outro modo, o foco é a eficiência nas operações.

Importa realçar que tudo isto processa-se preferencialmente num ambiente macroeconómico estável, de existência de infra-estruturas, de mobilidade (livre circulação de pessoas e bens) e sobretudo de boa governação.

Não menos negligenciável está também o acesso a financiamento, a segurança jurídica dos actos contratuais, as tributações e a qualidade das informações que resultaram do processo de inventariação e da existência de um sistema de informação acessível.

Resumidamente, os recursos diamantíferos são procurados, descobertos, avaliados e explorados pelo Homem. Como actividade essencial para o bem-estar e melhoria da qualidade de vida por vezes tem levado à execução de projectos de prospecção mas que não conduzam à degradação do ambiente nas zonas em exploração. Assim, a política das empresas é no sentido de preservar, melhorar, recuperar a qualidade ambiental, proteger a dignidade humana e promover o desenvolvimento, entre outros aspectos. Portanto, a prospecção e exploração de diamantes gera impactos macroeconómicos cada vez mais positivos e contribui para o crescimento da economia através de:

- Captação de divisas;
- Fluxos fiscais;
- Promoção de oportunidades para o surgimento de empresas especializadas em actividades acessórias;
- Criação de empresas;
- Aquisição de tecnologias e criação de habilidades profissionais;
- Criação de infra-estruturas económicas e sociais.

O Governo joga um papel importante, definindo política e estrategicamente o modo de actuação no mercado interno através de mecanismo de regulação estável e como titular dos direitos originais fundiários detém as concessões.

A República de Angola, como ficou atrás referenciado participa na produção de minérios e hidrocarbonetos há já várias décadas. No princípio a mão-de-obra especializada era escassa e o recurso à mão-de-obra expatriada foi a saída encontrada, enquanto, por outro lado, se preparavam técnicos angolanos. A passagem para uma economia de mercado, acentuou a necessidade de técnicos nacionais e da criação das empresas especializadas no sector de hidrocarbonetos

- uma passagem de testemunho conhecida pela "angolanização do sector petrolífero".

A angolanização do sector mineiro fez-se acompanhar do processo de implantação da indústria de transformação e refinação do petróleo e de lapidação dos diamantes, esta última com escritórios e centros de venda em Israel, Bélgica, EUA, Emiratos Árabes Unidos (Dubai), Índia e China.

No sector petrolífero a empresa nacional de combustíveis de Angola (SONANGOL) passou a ser proprietária da refinaria de Luanda e projecta a construção da refinaria de Lobito, pois a actual refinaria de Luanda apenas satisfaz em $\frac{1}{4}$ as necessidades do País. A empresa e as suas associadas estão a desenvolver, no Soyo, o projecto Angola LNG que vai aproveitar o gás resultante da produção do petróleo em Angola.

Com o processo de angolanização se colocou também a questão do aproveitamento racional de parte de recursos provenientes da exploração de petróleos. Por decisão do Governo parte destes recursos são afectados ao Fundo Soberano e outra, colocados ao serviço do desenvolvimento de outros sectores enquadrados na estratégia de diversificação da economia.

Essa estratégia pretende um equilíbrio na estrutura económica do país mas dá especial atenção ao equilíbrio territorial, tendo em conta que a distribuição espacial dos recursos não é homogénea e o risco de desertificação de zonas deprimidas e não detentoras de recursos em exploração deve ser mitigado por mecanismos de combate às assimetrias regionais subjacentes nesta estratégia.

A actividade extractiva, quer se trate de rochas, de minérios ou de fluidos produz sempre elevados impactes negativos no território que exigem por seu lado a compatibilização de objectivos que a economia persegue com a sua exploração e as necessidades de conservação da natureza e sobretudo das áreas protegidas.

Conscientes dos custos sociais que a exploração de recursos acarreta para as populações locais, o Governo impõe que as empresas intervenientes na exploração de recursos assumam a chamada responsabilidade social: investindo no sector social via autoridades locais ou utilizando o terceiro sector, mantendo um relacionamento e diálogos permanentes com as comunidades na inventariação das suas principais necessidades no domínio das escolas, postos e centros de saúde, parques infantis e outras obras sociais.

IV. CONCLUSÃO

Os recursos naturais, pela ordem de importância na economia, são susceptíveis de valorização ou não; essa é uma visão bastante restrita de abordar aquilo que existe na natureza e que é potencialmente utilizável, uma vez que a sua disponibilidade, custos de produção e distribuição geográficas diferem.

Olhando para o conceito de recursos naturais e sobretudo para a sua classificação, rapidamente concluímos que é bem verdade a tese de que muitos dos nossos países são pobres em recursos naturais. O que se passa, na realidade, é a falta em primeiro lugar de inventariação e de um sistema de informação acessível e em segundo lugar é o aproveitamento ainda insuficiente que fazemos de todas as potencialidades.

Para países, como o nosso, onde mesmo sem inventariação se exploram com intensidade alguns dos recursos disponíveis a necessidade de preservação e defesa do meio ambiente torna-se um desafio apesar das gritantes carências que podem incentivar um aproveitamento exaustivo dos recursos naturais.

A exploração, produção e transformação de um ou dois recursos naturais deve servir de factor impulsionador da economia daí a

importância da sua diversificação com base numa estratégia de desenvolvimento sustentável.

Muito obrigada pela vossa atenção.